



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

PAULA GRACIELY DE ANDRADE MENDES

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS ENTRE AVANÇOS E
DESAFIOS: UMA ANÁLISE DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ SOARES
DE CARVALHO GUARABIRA/PB.**

GUARABIRA/PB

2018

PAULA GRACIELY DE ANDRADE MENDES

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS ENTRE AVANÇOS E
DESAFIOS: UMA ANÁLISE DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ SOARES
DE CARVALHO GUARABIRA/PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Letras.

Área de Concentração: Leitura, gêneros textuais/discursivos e ensino.

Orientador (a): Profa. Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo

GUARABIRA/PB

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M538i Mendes, Paula Graciely de Andrade.

A inclusão dos alunos surdos entre avanços e desafios: [manuscrito] : uma análise da Escola Estadual José Soares de Carvalho, Guarabira/PB / Paula Graciely de Andrade Mendes. - 2018.

38 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação : Profa. Ma. Aline de Fátima da Silva Araújo, Coordenação do Curso de Letras - CH."

1. Inclusão Escolar. 2. Surdos. 3. Profissionais da Educação.

21. ed. CDD 371.912

PAULA GRACIELY DE ANDRADE MENDES

**A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS ENTRE AVANÇOS E
DESAFIOS: UMA ANÁLISE DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ SOARES
DE CARVALHO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no
Curso de Licenciatura Plena em Letras da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento aos requisitos necessários para
obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Letras.

Área de Concentração: Leitura, gêneros
textuais/discursivos e ensino.

Aprovado em: 08 / 06 / 2018

BANCA EXAMINADORA

Aline de Fátima da S. Araújo
Prof. Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo
UEPB (Campus III)
(Orientadora)

Debora Regina Fernandes Benicio
Prof. Me. Debora Regina Fernandes Benicio
UEPB (Campus III)
Examinador

Sheila Gomes de Melo
Prof. Me. Sheila Gomes de Melo
UEPB (Campus III)
Examinador

*Atribuo a realização deste trabalho a Deus, que em todos os momentos me deu forças para seguir em frente, aos meus familiares os quais considero como alicerce de minha vida, a todos os professores do curso de Letras-Português, que muito contribuíram nessa jornada, aos meus colegas de turma os quais considero como companheiros de luta e amigos de muitas batalhas,
DEDICO!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pois sem ele não teria força e coragem para essa longa jornada.

A minha mãe Gracinete, e ao meu pai Jurandir pelo apoio diário.

Ao meu esposo Antone, que me apoiou, e incentivou em toda jornada dos meus estudos.

A minha querida filha Rayane, pelo carinho e amor que me concedeu durante todo esse tempo.

As queridas amigas da Universidade, Ana Paula, Gilka e Samara, que sempre me deram força e coragem para realizações de meus sonhos.

A minha orientadora Aline, por estar sempre presente, me ajudando, incentivando, corrigindo e com palavras de animo nessa caminhada.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral elencar os desafios e as dificuldades que existem no processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular da Escola Estadual José Soares de Carvalho, que fica localizada na cidade de Guarabira/PB. E ainda expor os avanços que ocorreram ao longo do tempo nesse contexto. A pesquisa desenvolvida tem um caráter qualitativo, utilizando-se um questionário individual e semiestruturado direcionado a professores e intérpretes de Libras do sistema regular de ensino. Para isso analisamos alguns documentos oficiais, como: a Lei nº 10.436/02 (Lei da Língua Brasileira de Sinais); o Decreto nº 5.526/05 que regulamenta a lei supracitada; a Declaração de Salamanca; e a Lei 12.319/10 (Lei do Intérprete de Libras) que tratam dessa temática que trabalham com surdos; autores como: Doria (1959); Lacerda (1998); Goldfeld (2002); e Imbernón (2002/2010); entre outros. Para a coleta dos dados foram elaborados dois questionários, que foram aplicados a duas professoras de Língua Portuguesa e a dois intérpretes de Libras. Foi percebido que o processo de ensino-aprendizagem da unidade de ensino oferece um bom serviço de Inclusão e que os profissionais que lá atuam se esforçam para promover a educação de qualidade. Diante de tudo que foi exposto podemos perceber que a Inclusão ocorre, mesmo que em alguns casos ela ocorra de forma precária, mas estamos no caminho certo.

Palavras-Chaves: Inclusão Escolar, Surdos, Profissionais da Educação.

ABSTRACT

This work has the overall objective list the challenges and the difficulties that exist in the process of inclusion of deaf students in the regular school Escola Estadual José Soares de Carvalho, who is located in the city of Guarabira/PB. And still expose the advances that have occurred over time in this context. The research has developed a qualitative character, using a single questionnaire and semi-structured targeted at teachers and interpreters of regular education system pounds. For that we analyze some official documents, such as: Law No. 10,436/02 (law of Brazilian Sign Language); Decree No. 5,526/05 regulating the aforementioned law; the Declaration of Salamanca; and the law 12,319/10 (Law of the interpreter pounds) that treat this subject who work with deaf people; authors such as: Doria (1959); L (1998); Goldfeld (2002); and Imbernón (2002/2010); among others. For the collect of data two questionnaires were developed, which were applied to two teachers of Portuguese Language and two interpreters pounds. It was understood that the teaching-learning process of the education unit offers a good service for inclusion and that the professionals that Act strive to promote quality education. Before everything was exposed we can realize that the inclusion occurs, even if in some cases it occurs so precarious, but we are on the right track.

Keywords: School inclusion, deaf, education professionals.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EMANCIPADORA.	11
2.2	HISTÓRIA DO SURDO NO BRASIL	12
2.3	LEGISLAÇÃO VOLTADA A PESSOA SURDA NO BRASIL.	13
2.4	METODOLOGIAS USADAS NO ENSINO DE ALUNOS SURDOS.....	15
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	19
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
	CONCLUSÃO	29
	REFERÊNCIAS	30
	APÊNDICES	33
	APÊNDICE A: ALUNA SURDA E A INTÉRPRETE DE LIBRAS.	33
	APÊNDICE B: A ALUNA SURDA, A INTÉRPRETE DE LIBRAS E A PROFESSORA.	33
	ANEXOS	34
	ANEXO A: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 1 (P1).....	34
	ANEXO B: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 2 (P2).....	35
	ANEXO C: INTÉRPRETE DE LIBRAS 1 (L1).	36
	ANEXO D: INTÉRPRETE DE LIBRAS 2 (L2).	37

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar não pode acontecer como se fosse apenas uma simples forma de integração ou inserção de alunos surdos no âmbito escolar, mas deve ser aquela que venha consentir a disparidade, e considerar as informações sobre as mais diversas especialidades de todos os indivíduos, pensando nos desafios que o ensino-aprendizagem de alunos surdos apresenta surgiu o interesse pela temática da inclusão dos alunos surdos no ensino regular.

O Estado brasileiro dispõe de mecanismos que asseguram o direito dos alunos com deficiências, seja ela mental, auditiva, visual, física ou múltipla. LDB 9.394/96, art. 4º, inciso III: "atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino".

Um grande dilema educacional é a inserção de crianças surdas em turmas regulares, nesse contexto surge a necessidade de uma atenção especial a estes alunos surdos devido a complexidade da diferenciação e peculiaridades linguísticas relativas ao processo de aprendizagem de pessoas sem deficiências e de crianças com deficiências, nessa perspectiva podemos adotar a educação bilíngue, tendo em vista que aqui no Brasil a LIBRAS é a língua materna dos surdos, e o componente de Língua Portuguesa é a segunda língua para os surdos, Goldfeld (2002, p. 165), defende a educação bilíngue como:

[...] a melhor opção educacional para a criança surda, pois a expõe a uma língua de fácil acesso, a língua de sinais, que pode evitar o atraso de linguagem e possibilitar pleno desenvolvimento cognitivo, além de expor a criança à língua oral, que é essencial para seu convívio com a comunidade ouvinte e com sua própria família. A educação baseada no bilinguismo parte do diálogo, da conversação, como ocorre com crianças ouvintes, possibilitando a internalização da linguagem e o desenvolvimento das funções mentais superiores (GOLDFELD, 2002, p. 165).

O ponto que podemos classificar como crucial diante das dificuldades encontradas é o processo interacional que se pretende estabelecer entre os envolvidos: surdos, escola e a família no processo de inclusão, para que a construção da aprendizagem dos alunos surdos surta o efeito que se é pretendido.

Quando pensamos em Inclusão dos alunos surdos no ensino regular nos deparamos com o seguinte questionamento: O ensino regular está devidamente adequado para receber e desempenhar seu papel na formação do aluno surdo?

Diante do que foi exposto temos como objetivo geral elencar os desafios e as dificuldades que existem no processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular da Escola Estadual José Soares de Carvalho, que fica localizada na cidade de Guarabira/PB, tendo como sujeitos da pesquisa dois professores de Língua Portuguesa e dois intérpretes de Libras. E ainda expor os avanços que ocorreram ao longo tempo nesse contexto. E como objetivos específicos: analisar as leis que assistem os alunos surdo; observar os pressupostos teóricos que identificam as dificuldades e os desafios da efetivação do processo de Inclusão Escolar; e analisar os problemas encontrados no ensino regular que torna o processo de inclusão escolar incapaz de desempenhar o seu papel.

A pesquisa desenvolvida tem um caráter qualitativo, utilizando-se um questionário individual e semiestruturado direcionada a dois professores da disciplina de Língua Portuguesa e a dois intérpretes de Libras. Para isso analisaremos alguns documentos oficiais que tratam dessa temática que trabalham com surdos, inseridas nas salas comuns da Escola Estadual José Soares de Carvalho, que fica situada na Rua Henrique Pacífico, Bairro da Primavera do município de Guarabira/PB.

Portanto, esta pesquisa será estruturada em cinco partes onde veremos de forma detalhada: inicialmente uma apresentação (Introdução) do tema da pesquisa; continuando na parte seguinte deste trabalho será abordado quais métodos foram utilizados para que se obtivessem os resultados; posteriormente será feito um referencial expondo o ponto de vistas de autores que debateram a cerca desta temática; na próxima etapa será debatido as respostas dos questionamentos que fora feito para dois professores e dois intérpretes de Libras que atua diretamente com alunos surdos, onde serão expostas suas respostas para uma melhor compreensão acerca de como funciona a Inclusão Escolar na atualidade; e por fim far-se-á as considerações de todo trabalho deixando claro tudo que foi divulgado para sanar qualquer dúvida que surgiu durante a construção deste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO.

2.1 POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EMANCIPADORA.

Quando pensamos em Educação Inclusiva temos como base o princípio de igualdade de direitos das pessoas, onde todos têm direito a uma educação de qualidade, sem nenhum tipo de discriminação. Portanto, as escolas devem se adequar para que possam receber em seus espaços alunos com deficiências adequando seus projetos pedagógicos, como podemos observar no Art. 11º da Declaração de Salamanca (1994, p. 13) "O planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentra-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através das escolas públicas e privadas".

Ademais, de acordo com os princípios de inclusão abordados na Declaração de Salamanca, podemos destacar que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 17-18).

A Educação Inclusiva tem a função de proporcionar a garantia de obtenção de conhecimento científico através de sugestões sistematizadas e diretivas, procurando garantir ao aluno com deficiência o acesso aos mais vários tipos de atividades com a proposta de possibilitar o pleno desenvolvimento psíquico de tal indivíduo (DEIMLING & MOSCARDINI, 2010), por isso, Góes (2008), usando os estudos de Vygotsky¹, destaca a 'impossibilidade da impossibilidade' no que se diz respeito ao desenvolvimento dos indivíduos com deficiência, ele afirma que essa visão deve permear o processo de inclusão escolar que se destaca pela sugestão de atividades que tenham como função a formação das funções psicológicas superiores

¹ Lev Semenovitch Vygotsky (1896-1934) foi um psicólogo bielorusso que realizou diversas pesquisas na área do desenvolvimento da aprendizagem e do papel preponderante das relações sociais nesse processo, o que originou uma corrente de pensamento denominada Sócio Construtivismo.

dos indivíduos com deficiência, como isso será garantido a superação do déficit de aprendizado que os indivíduos com deficiência apresentam.

Os desafios enfrentados para que os indivíduos surdos tenham um desenvolvimento educacional satisfatório na rede regular de ensino passa por problemas devido aos baixos investimentos do Estado, esse fato é comprovado pela fraca implementação das políticas públicas que são direcionadas ao segmento de indivíduos surdos, dessa forma, o baixo desenvolvimento educacional dos surdos, não está limitado apenas ao processo educacional vigente.

A inclusão dos alunos surdos na rede regular de ensino, não garante a execução do direito constitucional à educação, isso porque existem algumas condições para que se tenha continuidade no processo de ensino-aprendizagem de indivíduos com deficiência, ou seja, é necessário qualidade neste ensino.

Assim, podemos identificar os inegáveis avanços que foram alcançados pelos indivíduos surdos, que através de muitas lutas conseguiram apoio de várias leis para suas causas. Entretanto, pôr em prática estas leis, é uma outra batalha que é travada atualmente, principalmente na esfera educacional. O apoio das famílias dos indivíduos surdos e a implementação dos cursos de Libras para os profissionais de educação e para a sociedade em geral têm contribuído para a implantação cada vez mais dos direitos dos surdos, de forma a contribuir também para a formação de uma sociedade com menos preconceitos e respeito as diferenças.

2.2 HISTÓRIA DO SURDO NO BRASIL

Analisaremos o percurso histórico do surdo aqui em nosso país, abordando o resgate histórico da comunidade surda. De acordo com Strobel (2008), em 1855 Dom Pedro II convida um professor surdo francês, chamado Hernest Huet, com o objetivo de fundar uma escola para ensinar as pessoas surdas. No dia 26 de setembro de 1857 é fundado o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES na cidade do Rio de Janeiro, este instituto também servia como asilo para meninos surdos de todo o território nacional.

Doria (1958, p. 171) cita de forma detalhada a legislação da fundação do INES:

[...] quando a Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, denominou-o 'Imperial Instituto de Surdos-Mudos' (...), o artigo 19 do Decreto nº 6.892

de 19-03-1908, mandava considerar-se o dia 26 de setembro como a data de fundação do Instituto, o que foi ratificado pelos posteriores regulamentos, todos eles aprovados por decretos. Inclusive o Regimento de 1949, baixado pelo Decreto nº 26.974, de 28-7-49 e o atual, aprovado pelo Decreto nº 38.738, de 30-1-56, (publ. No D. ° de 31-1-56), referindo à denominação de 'Instituto Nacional de Surdos Mudos' (...) Tal instituição viu seu nome modificado recentemente pela Lei nº 3.198, de 6-7-57 (publ. No D. ° de 8-7- 57), para 'Instituto Nacional de Educação de Surdos' [...] (DORIA, 1958, p. 171).

O INES foi muito importante no desenvolvimento da educação dos surdos no Brasil, desde sua fundação esse instituto desempenha um papel fundamental na área da surdez, ele exerce a função de subsidiar a criação de políticas públicas e apoiar a implementação das mesmas.

No início o professor Huet teve grandes dificuldades para ensinar no INES, isso ocorre porque ele era estrangeiro e as famílias brasileiras tinham certo receio referente às pessoas vindas de outros países na época (STROBEL, 2008), Mazzota (2001, p. 29) afirma que o professor Huet: "Começando a lecionar por dois alunos no então Colégio Vassimon, Huet conseguiu, em outubro de 1856, ocupar todo o prédio da escola, dando origem ao Imperial Instituto dos Surdos Mudos".

A escola do INES servia como ponto de convergência e alusão para os professores de alunos surdos e também para as próprias pessoas surdas da época, até hoje esta escola é muito importante para a comunidade surda, eles usavam uma língua de sinais que era utilizada aqui e outra trazida da França, pelo professor Huet, essas duas línguas de sinais um pouco mais tarde se misturaram para formar a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, que é usada atualmente.

2.3 LEGISLAÇÃO VOLTADA A PESSOA SURDA NO BRASIL.

Na legislação brasileira existem vários dispositivos legais que concedem direitos a comunidade surda, veremos mais adiante alguns destes e ainda vamos conhecer mais sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, que é língua oficial dos surdos brasileiros, onde Soares (1999, p. 219) afirma que "a língua de sinais é uma língua autêntica, com uma estrutura gramatical própria e com possibilidades de expressão em qualquer nível de abstração". Portanto a língua de sinais pode ser utilizada no processo de ensino aprendizagem de pessoas surdas, visto que é uma

língua natural, com seus aspectos gramaticais, onde o surdo deve aprender na fase da aquisição da língua.

No tocante aos dispositivos legais que atribuem os direitos de as pessoas surdas terem acesso a sua própria língua, temos a Lei Nº 10.436/02 que dispõe em seus artigos o seguinte:

Art.1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Este artigo reconhece a Libras como meio de comunicação e/ou expressão a ser utilizado por pessoas surdas, o Parágrafo Único do artigo concede o status de uma língua, com recursos e estrutura gramatical própria.

O artigo 2º garante o acesso ao uso da Libras e oferece a divulgação em todos os lugares públicos, sendo esta reconhecida como língua oficial da comunidade surda do Brasil, conferindo ao aluno surdo o direito de frequentar o ensino regular em qualquer escola, seja esta especial ou não.

Art.2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art.3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor. (BRASIL, 2002).

Ademais, o artigo 3º concede o direito de o aluno surdo ser atendido nos órgãos públicos de saúde, e com os profissionais especializados com sua deficiência. O Decreto de Nº 5.626/05, que regulamentou a Lei Nº 10.436/02, assegurando aos alunos surdos o acesso à escola, ele traz em seus artigos regulamentações acerca da inclusão da Libras como componente curricular nos cursos de Licenciatura, da formação e da certificação de professores de Libras, de instrutor e de tradutor/intérprete de Libras, do ensino da Libras como primeira língua e da Língua

Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para estudantes surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

O Plano Nacional de Educação – PNE, através da Lei nº 13.005/14, em sua meta 4.7 destaca que:

4.7) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos; (BRASIL, 2014).

Dessa forma ele estabelece objetivos e metas para que sistemas de ensino favoreçam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para estudantes com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

Portanto pudemos observar que são vários os dispositivos legais que defendem os direitos dos alunos surdos, diante de tudo que foi exposto podemos ver que os indivíduos com deficiência estão acobertados, porém ainda há uma espécie de falta de fiscalização para que todos os direitos dos indivíduos com deficiência sejam realmente repassados a estes tornando o processo inclusivo eficaz.

2.4 METODOLOGIAS USADAS NO ENSINO DE ALUNOS SURDOS.

A oficialização da Libras, pelo Decreto 5.626/05 e pela Lei 10.436/02, foi uma conquista muito importante para que a comunidade surda tivesse acesso a melhores fontes de educação em nosso país, essa conquista foi resultante de muita luta pelos surdos, a presença do tradutor/intérprete de Libras (Lei 12.319/10 que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras) em locais sociais diversos também foi garantido no texto do Decreto supracitado (BRASIL, 2002).

Ao longo de muitos anos, surgiram muitas metodologias de ensino voltadas ao ensino de pessoas surdas: “apesar das diferentes opiniões que dividem e

subdividem as metodologias específicas ao ensino de surdos, em termos pressupostos básicos, existem três grandes correntes filosóficas: a do Oralismo, da Comunicação Total e do Bilinguismo” (DORZIAT, 1999, p. 13).

A seguir vamos analisar e descrever as principais metodologias que foram usadas na educação de surdos, destacando as que são mais usadas nos estabelecimentos de ensino do nosso país.

Oralismo

O Oralismo é uma metodologia que tem por objetivo desenvolver a fala do surdo, os que defendem este método acreditam que a língua falada é vital para a comunicação e o desenvolvimento dos indivíduos surdos. Esse período foi um pouco conturbado para os indivíduos surdos, pois eles eram castigados se usassem a língua de sinais, nesse momento ocorreu um regresso na educação dos surdos.

Esse pensamento de educação para surdos está engajada no modelo clínico, que dá ênfase a integração da comunidade surda com a comunidade ouvinte. Para que este método tenha eficácia o surdo deve aprender a falar por meio da reabilitação da fala indo de encontro a uma normalidade que a sociedade exige, em relação ao Oralismo, Goldfeld destaca que:

O Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade. (GOLDFELD, 2002, p. 34).

Essa filosofia foi utilizada por muitos países após um evento internacional realizado em Milão/Itália intitulado de ‘Congresso Internacional de Educação Surda’, esse congresso tinha alguns pressupostos filosóficos, religiosos e políticos, era uma busca para substituir a língua de sinais (SKLIAR, 2005a). Essa concepção clínica dos surdos transformava as escolas em locais de tratamento, e as estratégias pedagógicas se transformariam em estratégias terapêuticas.

Comunicação Total

A Comunicação Total é uma forma de se comunicar que envolve qualquer forma que seja possível a troca de informações entre surdos e ouvintes e surdos entre si, esse método foi adotado quando se viu que o modelo Oralista não surtiu efeito, os

surdos continuaram a se comunicar por meio de língua de sinais. No método de Comunicação Total era permitido qualquer tipo de forma de se comunicar como: língua de sinais, leitura labial, gestos e mímicas, entre outros recursos que contribuisse para a comunicação e o desenvolvimento da comunidade surda (SCHELP, 2008).

A Comunicação total tinha, de certa forma, um caráter alternativo, surgiu como uma forma alternativa de dar aos surdos uma forma de se comunicarem, uma forma deles serem “ouvidos”, como explica Ciccone (1996, p. 06-08):

A Comunicação Total é uma filosofia de trabalho voltada para o atendimento e a educação de pessoas surdas. Não é, tão somente, mais um método na área e seria realmente, um equívoco considerá-la, inicialmente, como tal (...). A Comunicação Total, entretanto, não é uma filosofia educacional que se preocupa com ideais paternalistas. O que ela postula, isto sim, é uma valorização de abordagens alternativas, que possam permitir ao surdo ser alguém, com quem se possa trocar ideias, sentimentos, informações, desde sua mais tenra idade. Condições estas que permitam aos seus familiares (ouvintes, na grande maioria das vezes) e às escolas especializadas, as possibilidades de, verdadeiramente, liberarem as ofertas de chances reais para um seu desenvolvimento harmônico. Condições, portanto, para que lhe sejam franqueadas mais justas oportunidades, de modo que possa ele, por si mesmo lutar em busca de espaços sociais a que, inquestionavelmente, tem direito (CICCONE, 1996, p. 06-08).

A metodologia da Comunicação Total não surgiu para substituir ou se opor ao modelo oralista, que até tal momento era usado na educação dos surdos, “[...] a Comunicação Total não está em oposição à utilização da língua oral, mas apresenta-se como um **sistema de comunicação complementar**” (MARCHESI, 1995, p. 59, grifo do autor). A Comunicação Total também não surtiu efeito, por utilizar duas línguas: a fala e os sinais (bimodalismo), dificultava a aprendizagem dos alunos surdos.

Bilinguismo

O modelo do Bilinguismo incide em utilizar duas línguas no contexto educacional, as quais são: a Língua Portuguesa (escrita) a Língua Brasileira de Sinais – Libras. O método Bilingue é utilizado nos dias atuais na educação dos alunos surdos no nosso país. O Bilinguismo surge para contrapor o modelo Oralista e o modelo da Comunicação Total, como explica Lacerda, (1998, p. 10):

[...] contrapõe-se ao modelo oralista porque considera o canal viso gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à comunicação total porque defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional; por isso advoga que cada uma das línguas apresentadas ao surdo mantenha suas características próprias e que não se 'misture' uma com a outra (LACERDA 1998 p.10).

O autor supracitado defende o método Bilingue destacando que o conhecimento adquirido pelos surdos é por meio visual, e a forma de se adquirir conhecimento por meio da Comunicação Total deixava muito difícil a absorção deste conhecimento. Outra concepção referente ao Bilinguismo é que ele foi fruto das reivindicações dos próprios surdos, como nos mostra Guarinello (2007, p. 45-46):

A proposta bilíngue surgiu baseada nas reivindicações dos próprios surdos pelo direito à sua língua e pelas pesquisas linguísticas sobre a língua de sinais. Ela é considerada uma abordagem educacional que se propõe a tornar acessível à criança surda duas línguas no contexto escolar. De fato, estudos tem apontado que essa proposta é a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como natural e se baseia no conhecimento dela para o ensino da língua majoritária, preferencialmente na modalidade escrita. (...) na adoção do bilinguismo deve-se optar pela apresentação simultaneamente das duas línguas (língua de sinais e língua da comunidade majoritária) (GUARINELLO, 2007, p. 45-46).

Assim, fica claro que o Bilinguismo foi uma metodologia adotada por meio dos pedidos da própria comunidade surda, isso porque essa metodologia possibilita aos surdos o contato com duas línguas em um mesmo contexto, a Libras como primeira língua dos surdos e a Língua Portuguesa na modalidade escrita, como foi explicitado acima.

Portanto, podemos concluir que vários são os métodos que foram utilizados nas tentativas de promover a educação para os surdos, algumas não tiveram efeito positivo nessa tentativa, outras estão em uso, o Bilinguismo, por exemplo, promovendo a educação para os indivíduos surdos.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA.

De acordo com a proposta de trabalho apresentada anteriormente e ainda com os objetivos apontados, esta pesquisa tem um caráter de revisão bibliográfica, de pesquisa de campo e documental descritiva de estilo qualitativo uma vez que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42).

A referida pesquisa tem por finalidade apontar os desafios e as dificuldades existentes no processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular, e ainda expor os avanços que ocorreram ao longo tempo nesse contexto. Para tal processo, analisamos alguns documentos oficiais que tratam dessa temática, listados abaixo: As leis que assistem aos alunos com deficiências, de forma especial aos alunos surdos; analisar as leis que assistem os alunos surdo; observar os pressupostos teóricos que identificam as dificuldades e os desafios da efetivação do processo de Inclusão Escolar; e analisar os problemas encontrados no ensino regular que torna o processo de inclusão escolar incapaz de desempenhar o seu papel.

Para coleta de dados que serão apresentados posteriormente foram elaborados dois questionários (ver anexos), onde estes foram aplicados junto a duas professoras de Língua Portuguesa e a dois intérpretes de Libras, da Escola Estadual José Soares de Carvalho que trabalham diretamente com alunos surdos, onde estes entrevistados serão identificados mais adiante com as siglas P1 e P2 para os professores de Língua Portuguesa e I1 e I2 para os intérpretes de Libras.

Na análise documental destacaremos algumas leis, em âmbito nacional, que asseguram a educação aos alunos surdos: a Lei Nº 10.436/02 Lei da Língua Brasileira de Sinais; e o Decreto 5.526/05.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo iremos apresentar, em dois tópicos separados, as respostas dos questionários respondido por dois professores de Língua Portuguesa e por dois intérpretes de Libras da Escola Estadual José Soares de Carvalho que atuam com alunos surdos, para melhor compreensão apresentaremos as perguntas e respostas em tabelas seguidas de discussões acerca do tema.

Tabela 01: Questionário respondido por professores de Língua Portuguesa.

Pergunta 01: Como você considera o processo de inclusão do surdo nessa instituição de ensino?

Resposta P1: *“É um processo regular apesar de que tanto os intérpretes como os professores se esforçam em proporcionar a interação do aluno surdo com toda a comunidade escolar”.*

Resposta P2: *“Acontece naturalmente a medida que surgiram as matrículas de alunos surdos e a presença de intérpretes nas salas de aulas”.*

Como podemos observar nas respostas dos professores, o processo de interação entre professor/aluno surdo é considerado regular e normal, mesmo diante das dificuldades encontradas no dia. A Inclusão Escolar dos alunos surdos não está meramente no fato de estes estarem matriculados em escolas e turmas do ensino regular, mas há diversas exigências que a escola e todo seu corpo estejam direta e indiretamente envolvidos no processo de inclusão. O ‘processo de interação’ entre alunos surdos e ouvintes e com os professores se torna um obstáculo para o desenvolvimento do aluno surdo, como nos mostra Glat (2009, p. 2):

A complexidade da questão reside no fato de que a surdez não acarreta apenas uma dificuldade de comunicação, mas afeta o processo “normal” de aquisição da língua oral e, conseqüentemente, o desenvolvimento do pensamento verbal e da aprendizagem acadêmica, de modo geral, que não podem ser alcançados pelo mesmo caminho que os ouvintes (GLAT, 2009, p. 2).

Diante de tantos problemas referentes a inclusão dos alunos surdos, das adaptações que deve sofrer o currículo escolar, das práticas e das metodologias que venham atender especificidades e as necessidades desse grupo de indivíduos, a formação dos profissionais que atuam na educação inclusiva precisa ser contínua e nesse caso específico, a Libras deve estar presente e fazer parte de todo o ambiente escolar no qual estes alunos estão inseridos.

Tabela 02: Questionário respondido por professores de Língua Portuguesa.

Pergunta 02: Com respeito a educação dos surdos, quais os desafios no ensino aprendizagem?

Resposta P1: *“Como os professores não dominam a Língua de Sinais isso constitui uma barreira na aprendizagem do aluno surdo, mesmo havendo acessibilidade através do intérprete o aluno não consegue aprender todas os conteúdos ministrados”.*

Resposta P2: *“São muitos desafios, principalmente a comunicação, quando o professor não sabe Libras”.*

Como podemos ver, o fato de que os professores daquela unidade de ensino não têm domínio com a Língua de Sinais pode ser do fato de que eles não tiveram o componente supracitado na sua graduação ou mesmo foi mostrada em curto período de tempo, como é o caso da disciplina de LIBRAS que é passada em apenas um semestre nos cursos de licenciaturas (formação de professores), sendo um semestre pouco tempo para aprender uma língua tão complexa.

De acordo com Quadros (2004) o intérprete educacional é o sujeito que atua como mediador entre professor e aluno surdo, sendo este profissional muito importante na construção do saber dos alunos surdos. Ainda podemos destacar o papel da escola, onde está tem a função de auxiliar no processo de inclusão dos indivíduos com deficiência no meio social. A inclusão deve proporcionar ao aluno surdo meios para que ele esteja apto tanto para o convívio social como para o mercado de trabalho, respeitando suas limitações.

Tabela 03: Questionário respondido por professores de Língua Portuguesa.

Pergunta 03: Você trabalha há quanto tempo com aluno surdo?

Resposta P1: *“Um ano”.*

Resposta P2: *“Há uns cinco anos”*

Pergunta 04: Tem alguma formação específica para trabalhar com esses alunos?

Resposta P1: *“Apenas estudei uma disciplina no curso de Pedagogia”.*

Resposta P2: *“Não”.*

Os professores que atuam na educação inclusiva devem ter uma formação específica para atuarem com alunos que possuem algum tipo de deficiência, em nosso caso alunos surdos, durante a graduação os futuros professores têm no componente de Libras o passaporte para adentrar no mundo da inclusão dos surdos, o componente de Libras foi inserido no ensino superior através de alguns dispositivos legais como a Lei 10.436/02 e o Decreto 5.526/05 que regulamentou essa lei, estes dois dispositivos legais garantem uma série de benefícios aos alunos surdos, e ainda também inserem a Libras como componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores.

A formação do professor deve ser focada em um conjunto de diferentes situações que se unem e formam o ato de educar, a formação de espaços para uma reflexão coletiva e a verificação das práticas usadas pelos professores, servem para que haja nas escolas a crença de que é possível almejar soluções para questões relacionadas a formação continuada do professor, indo de encontro com esse pensamento Nóvoa (1995, p. 25) destaca que:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e de seus valores (NÓVOA, 1995, p. 25).

Diante dessa afirmação podemos constatar que um dos problemas encontrados na efetivação da Inclusão Escolar se dá no fato de os professores que recebem os alunos surdos não tem a devida formação, tanto na sua formação enquanto graduandos e posteriormente não fazem uma formação continuada, para lidarem com alunos surdos.

A formação continuada de professores tem um papel importante na adequação das práticas educativas aprendidas e de como estas práticas estão em determinado momento, sabemos que existem um grande número de professores que já atuam em salas de aulas há mais de duas décadas, portanto a formação continuada auxilia estes professores mais antigos a se adaptarem as novas técnicas de ensino, em relação a formação continuada Imbernón (2010, p. 19) fala que:

[...] a institucionalização da formação continuada nasce com a intenção de adequar os professores aos tempos atuais, facilitando um constante aperfeiçoamento de sua prática educativa e social, para assim adaptá-las às necessidades presentes e futuras (IMBERNÓN, 2010, p. 19).

A formação continuada tem como intuito proporcionar ao professor a aquisição de uma bagagem contextual, científica, psicopedagógica e cultural, que irá possibilitar a ele novos conhecimentos e novas práticas para que o mesmo possa assumir a difícil tarefa de ser educador (IMBERNÓN, 2002). Assim para o segundo

professor entrevistado, especialmente, a formação continuada é muito importante para suprir as carências da sua formação inicial.

Tabela 04: Questionário respondido por professores de Língua Portuguesa.

Pergunta 05: Comente algumas propostas que na sua concepção auxiliie no processo de inclusão dos alunos surdos?

Resposta P1: *“Proporcionar aos profissionais da educação, principalmente, aos professores cursos em lidar com alunos surdos, estratégias que melhore as metodologias e assim propiciar uma aprendizagem diferenciada e significativa”.*

Resposta P2: *“Trabalhos em grupo, apresentações de seminários, com a mediação de um intérprete de Libras, cursos de Libras básico para alunos e professores”.*

Mediante o que foi exposto pelo professor entrevistado podemos avaliar que os professores que atuam com alunos surdos, têm dificuldades em relação as metodologias de ensino, devido a formação, de certa forma fraca, onde todos esses problemas acarretam em problemas na prática em sala de aula.

De acordo com Pereira e Vieira (2009, p. 05) os profissionais da educação que atuam com alunos surdos devem ser:

[...] fluente em língua de sinais, que tenha conhecimento da cultura surda, que reconheça as pessoas surdas, seus alunos e seus colegas surdos, como capazes e a língua de sinais como tendo o mesmo status da língua portuguesa. Cabe a ele, também, possibilitar a aprendizagem da modalidade escrita da língua majoritária. (PEREIRA e VIEIRA, 2009, p. 05).

Os profissionais da educação devem estar capacitados para lidar com as mais diversas situações relativas a alunos, portanto podemos concluir que a Inclusão Escolar de alunos surdos na rede regular de ensino está longe de ser satisfatória, isto ocorre porque ainda há um grande abismo entre o que está na teoria e o que de fato é feito na prática, desta forma o Estado tem que intensificar os incentivos e os investimentos para os profissionais da educação para que eles se capacitem e assim desenvolva o trabalho que os indivíduos surdos tem direito.

Nesse momento iremos analisar as informações obtidas através da aplicação de questionário aplicado a dois intérpretes de Libras, onde serão apresentadas as perguntas do questionário com as respostas em tabelas e na sequencia será debatido os pontos de vistas apresentados.

Tabela 05: Questionário respondido por Intérpretes de Libras.

Pergunta 01: Como você considera o processo de inclusão do surdo nessa instituição de ensino?

Resposta I1: *“A inclusão acontece de modo satisfatório, existindo respeito e consideração ao aluno surdo, por parte dos intérpretes e professores. Existe um esforço coletivo em atender as necessidades específicas de cada um deles, em sentido educacional”.*

Resposta I2: *“O processo de inclusão do surdo nesta escola, esse ano foi repensado, e fora feito uma adaptação em todo o conteúdo disciplinares desde metodologia de ensino e o meio de avaliação. De fato, está havendo uma inclusão que favorece o surdo”.*

Quando perguntado aos intérpretes de Libras o que eles achavam do processo de inclusão desenvolvido na escola, eles tiveram a mesma posição dos professores que também foram entrevistados, o primeiro intérprete relatou que a inclusão se dá de forma regular, ela aborda o esforço que aquela unidade de ensino disponibiliza para que a inclusão seja feita da melhor maneira possível, para que seja útil na vida dos alunos que necessitam da mesma.

Frias (2010) aborda que o processo de inclusão de alunos surdos em turmas regulares contemple algumas mudanças no sistema de ensino e que no currículo seja feita alterações para que os alunos surdos recebam a mesma educação que os alunos ouvintes.

O segundo intérprete de Libras quando perguntado frisou as mudanças nos conteúdo das disciplinas para atender os alunos com deficiência, adequando a forma de ensinar com as necessidades de cada um desses alunos, para que estes alunos se desenvolvam e, de certa forma, se tornem cidadãos independentes, e para que isto ocorra vemos na educação a porta para que estes alunos obtenham sucesso nessa batalha.

Tabela 06: Questionário respondido por Intérpretes de Libras.

Pergunta 02: *Como você define a importância do intérprete de libras em sala de aula para o aluno surdo?*

Resposta I1: *“É muito importante ter um intérprete de Libras em cada sala onde está inserido um aluno surdo. Ele é um dos acessos desse aluno ao ensino-aprendizagem. É um direito do surdo, garantido por lei”.*

Resposta I2: *“O intérprete tem um papel fundamental na educação do surdo, mas não basta fazer somente as traduções uma vez que a maioria dos professores preferem deixar os alunos surdos sob o cuidado dos mesmos”.*

No tocante a importância do intérprete de Libras na inclusão de alunos surdos, podemos destacar que o intérprete atua como um mediador do conhecimento, tendo o intérprete a função de fazer uma espécie de ponte entre os surdos e os ouvintes, e em alguns casos entre os próprios surdos que se comunicam por meio da Libras.

Os dois intérpretes de Libras quando questionados sobre a importância do desempenho de sua função na educação inclusiva, estes foram categóricos a dizer que o papel do intérprete de Libras é muito “importante” e “fundamental”, haja vista

que esse profissional é de certa forma o “elo” entre o aluno surdo e o restante da turma, sendo esse profissional responsável em levar todo o conhecimento ao aluno surdo.

Para Lacerda (2002) o papel do intérprete de Libras é visto como uma espécie de “solução” para os problemas da inclusão nas escolas, mas é apenas com o avançar do tempo que se percebe que ele sozinho não pode solucionar os problemas da inclusão, é necessário que se tenha uma série de mudanças tanto estruturais como metodológicas para que a inclusão funcione de fato.

Tabela 07: Questionário respondido por Intérpretes de Libras.

<p>Pergunta 03: Tem alguma formação específica para trabalhar com esses alunos? Resposta I1: <i>“Sim, tenho Especialização em Libras, além de outros cursos de capacitação na FUNAD (João Pessoa/PB), Instituto Rodrigo Mendes, Curso Plural, Universidade de Brasília”.</i> Resposta I2: <i>“Sim, tenho uma formação em Licenciatura em Letras-Libras”</i></p>
--

I1 e I2 apresentam formação para serem intérpretes de Libras. No que se refere a esta formação específica do intérprete de Libras, podemos destacar os Arts. 6º e 7º da Lei 12.319/10 que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras. Esta lei definiu o perfil do intérprete de Libras, de tal maneira:

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e

V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;

- II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;
- III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;
- IV - pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;
- V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;
- VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda. (BRASIL, 2010).

A formação do intérprete de Libras é algo que ultrapassa as competências de língua portuguesa e língua de sinais (Libras) e também suas competências pedagógicas na área da educação, dessa forma podemos observar que a profissão de intérprete de Libras requer uma formação completa e complexa, obedecendo a uma série de critérios técnicos e profissionais, requerendo do indivíduo que desempenhe esta função não apenas como um mero profissional, mas sim como um agente transformador de vidas. Para os dois entrevistados a presença do intérprete de Libras é importante para educação do aluno surdo.

Tabela 08: Questionário respondido por Intérpretes de Libras.

Pergunta 04: Em sua opinião, a falta de intérpretes de Libras nas salas de aulas pode prejudicar o aprendizado de alunos surdos nas escolas?

Resposta I1: *“com certeza, o aluno surdo precisa de acesso aos conteúdos para que haja a aprendizagem, se não houver o intérprete como acesso será muito difícil para esse aluno entender as disciplinas ministradas”.*

Resposta I2: *“Sim, com certeza, pois como os professores não conhecem a língua do surdo e por sua vez o aluno surdo não tem o português como sua língua, a presença do intérprete faz toda a diferença em sala de aula”.*

A medida legal que garante a inclusão dos alunos, no nosso caso alunos surdos, promove a necessidade de um apoio especializado, aqui falamos dos intérpretes de Libras, para que ocorra entre os alunos surdos e os demais alunos ouvintes, e os professores, uma troca de informações, gerando um aprendizado mútuo entre todas as partes envolvidas no processo educacional. Nessa perspectiva Carvalho (2000, p. 171) destaca a necessidade de um profissional para auxiliar no processo educacional para que a inclusão não conste apenas como um mero dado estatístico:

Pensar na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares sem lhes oferecer ajuda e apoio, bem como a seus professores e familiares, parece-me o mesmo que inseri-

los seja como número de matrícula, seja como mais uma carteira na sala de aula (CARVALHO, 2000, p. 171).

De acordo com o pensamento dessa autora, para que a inclusão não seja feita apenas como um “faz de contas” não se restringindo apenas como uma simples matrícula, é de suma importância que haja medidas para que esse aluno seja atendido da melhor maneira possível, almejando sempre suprir as necessidades da clientela atendida, visando a melhor forma de lhes passar o conhecimento, e para isso temos no intérprete de Libras o elo entre o conhecimento e o aluno surdo, sendo esse elo a ponte de ligação entre o aluno surdo e o aprendizado.

Para que o aluno surdo tenha um aprendizado que lhe seja útil no futuro é necessário que as escolas tenham uma metodologia voltada para atender as necessidades de aprendizado desse aluno. Ferreira e Guimarães (2003) concordam que o aprendizado dos alunos depende de vários fatores, sejam internos que são inerentes aos alunos ou externos que inerentes aos que passam o aprendizado. Devido a isso surge a necessidade de um atendimento educacional que venha favorecer e garantir aos alunos surdos as condições certas para que eles tenham acesso ao conhecimento de forma igual como os alunos ouvintes, daí surge a necessidade de um profissional que atenda esses requisitos, que é o intérprete de Libras.

Tabela 09: Questionário respondido por Intérpretes de Libras.

<p>Pergunta 05: Relate alguma experiência exitosa relacionada a inclusão de alunos surdos?</p> <p>Resposta 11: <i>“Tenho conhecimento de três alunos que concluíram o ensino médio aqui nesta escola, sendo que um deles fez o curso de Instrutor surdo na FUNAD², e dois estão cursando Pedagogia Bilingue, na UEPB”.</i></p> <p>Resposta 12: <i>“A implementação do ensino de Libras aos alunos ouvintes em forma de ‘eletiva’ aqui na escola, fez-se com o que os alunos surdos se sentissem melhores incluídos. Uma vez que a quebra do bloqueio de comunicação fora bem-sucedido”.</i></p>
--

A escola é um espaço que proporciona aos cidadãos a oportunidade de serem indivíduos aptos tanto para o convívio em sociedade como também os prepara para o mercado de trabalho, a inclusão tem o papel de proporcionar estas oportunidades supracitadas aos indivíduos com alguma deficiência. Através das respostas dos

² A Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD é um Órgão do Governo do Estado da Paraíba, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, referência no Serviço de Habilitação e Reabilitação nas quatro áreas da deficiência – CER IV (física, intelectual, visual e auditiva), em todo o Estado da Paraíba, onde as pessoas com deficiência são atendidas por uma equipe multidisciplinar. Disponível em: <http://funad.pb.gov.br/a-funad>. Acesso em: 30 mar. 2018.

intérpretes de Libras entrevistados podemos ver que na escola que estes profissionais atuam têm casos de alunos surdos que progrediram, alunos que após saírem do ensino fundamental e médio, seguiram adiante na busca por conhecimento, para estes alunos surdos citados as dificuldades não os fizeram desistir de seguir em frente, daí a importância da inclusão escolar.

Podemos enxergar a inclusão escolar como uma forma dos indivíduos terem oportunidades de crescer tanto na educação como profissionalmente, vendo por essa ótica Mantoan e Prieto (2006, p. 40) afirmam que:

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um "novo paradigma", que se constitui pelo apreço a diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige a ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. (MANTOAN & PRIETO 2006, p. 40).

A inclusão escolar é um processo que traz muitos benefícios para as pessoas que precisam desta forma de educação, a inclusão pode ser muito proveitosa tanto para os alunos com alguma deficiência como também para todos que vivem no ambiente escolar, a inclusão serve como meio de unir as pessoas em um propósito maior, que é o bem comum para todos os indivíduos.

Fechando esse ponto podemos admitir que a inclusão escolar proporciona aos cidadãos com ou sem alguma deficiência coisas boas, pois esta funciona como um dispositivo que deixa claro que todos somos iguais, temos os mesmos direitos e devemos respeitar uns aos outros.

Ao longo deste capítulo pudemos observar as visões dos profissionais que fazem a inclusão na Escola Estadual José Soares de Carvalho, pudemos observar as dificuldades encontradas pelos professores que atuam com alunos surdos, onde estes sentem muitas dificuldades por não conhecerem a língua de sinais, deixando o processo educacional mais complexo para estes profissionais; também pudemos observar o ponto de vista dos intérpretes de Libras que atuam naquela unidade de ensino, sendo demonstrado a importância do trabalho desses profissionais no processo de aquisição de conhecimento dos alunos surdos no contexto escolar.

CONCLUSÃO.

Constatamos através desta pesquisa que ainda há um enorme déficit na nossa forma de inclusão, mesmo com os avanços que já foram conquistados pela comunidade surda, ainda falta muito para que a inclusão cumpra seu papel no atendimento ao que dela necessitam.

Pudemos observar ao longo de toda a pesquisa que mesmo com vários dispositivos legais que regulamentam a inclusão, esta ainda é pouco eficaz em alguns aspectos, como na forma de atendimento a clientela surda em turmas de ensino regular, onde muitas das vezes os alunos surdos não dispõem de intérpretes de Libras, mesmo sendo-lhes garantido por lei.

Através desta pesquisa podemos nos direcionar para outros assuntos relacionados com a inclusão, como: Analisar o nível de aprendizado de alunos surdos que são atendidos no sistema regular de ensino; fazendo uma avaliação de desempenho com alunos surdos oriundos das escolas regulares para constatação de nível de aprendizado. Podemos ainda ser norteados para outras vertentes da inclusão, sempre buscando formas de melhorar aperfeiçoar a forma de incluir pessoas com deficiência, tanto nas escolas regulares como na sociedade.

Observamos a grande relevância e importância, tanto para o meio acadêmico, como para a sociedade, pois através deste podemos mostrar como a inclusão pode ajudar os indivíduos, principalmente aos surdos, ver os pontos que precisam ser melhorados no sistema de inclusão, e ainda trabalhar novas formas de inclusão.

Esta pesquisa trouxe muita satisfação, tanto pessoal como acadêmica, uma vez que o estudo sobre a comunidade surda é muito importante, para que diante dos resultados possamos ir em busca de melhorias para estas pessoas, para que todos sejamos "iguais" em direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art.18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 set. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. “**Lei Federal nº 10.436** no dia 24 de abril de 2002 pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.” Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/Seesp-PortalSeesp>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e Educação Especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000. p. 171.

CICCONI, Marta. **Comunicação total: introdução, estratégias a pessoa surda**. 2ªed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996. p. 06-08.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

DEIMLING, Natália Neves Macedo; MOSCARDINI, Saulo Fantato. **Inclusão Escolar: Política, Marcos Históricos, Avanços e Desafios**. São Paulo: Centro de Educação e Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em Educação –SP, Brasil.

DORIA, Ana Rímoli de Faria. **Compêndio de Educação da Criança Surdo-Muda**. Rio de Janeiro: 1958. p. 171.

DORZIAT, Ana. **Concepções de Surdez e de Escola: ponto de partida para um pensar pedagógico em uma escola pública para surdos**. São Carlos / SP: Trabalho de Tese (Doutorado), UFSCar (mimeo.), 1999. p. 13.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FRIAS, E. M. A. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educativas especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>> acesso em: 27 abr. 2018.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002, p. 42.

GLAT, R. **Inclusão escolar de alunos com deficiência auditiva /surdez.** Aula 11 da disciplina eletiva Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar (CEDERJ), 2011. p. 1-15.

GÓES, M. C. R. **as contribuições da abordagem histórico-cultural para a pesquisa em educação especial.** In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. (Org.). Educação Especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 37-46.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** 2. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002. p. 165.

_____. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** 2 ed. São Paulo: Plexus, 2002. p. 34.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos.** São Paulo: Plexus, 2007. p. 45-46.

IMBERNÓN, Francisco. **10 ideas clave: La formación permanente del professorado – nuevas ideas para formar em la onnovación y el cambio.** Traduzido por: Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed Ed., 2010. p. 19.

_____. **Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza.** 3. Ed-São Paulo, Cortez, 2002.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos.** Caderno cedes, vol. 19, n 46. Campinas, 1998. p. 10.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **O intérprete educacional de língua de sinais no Ensino Fundamental:** refletindo sobre limites e possibilidades. In: Letramento e Minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

MARCHESI, A. **Comunicação, linguagem e pensamento das crianças surdas.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 59.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** São Paulo: Cortez Editor, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar-Pontos e Contrapontos.** São Paulo. Summus 2006. p. 40.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente.** In: NÓVOA, A. (Coord.). *Os professores e a sua formação.* Lisboa: Dom Quixote, 1995. p. 25.

PEREIRA, M^a Cristina da Cunha. VIERIA, M^a Inês Silva. **Bilinguismo e Educação de Surdos.** São Paulo: Revista Intercâmbio, volume XIX: 62-67, 2009. p. 05.

QUADROS, Ronice M. **O Tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Brasília, DF: MEC, 2004.

SCHELP, Patrícia Paula. **Práticas de letramento de alunos surdos em contexto de escola inclusiva.** Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2008.

SKLIAR, Carlos. **Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade.** In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez – um olhar sobre as diferenças.* Porto Alegre: Mediação, 2005a. p.7-32.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **Educação do Surdo no Brasil.** Campinas: Autores associados, 1999. p. 219.

STROBEL, Karin L. **As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda.** Florianópolis: UFSC, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ALUNA SURDA E A INTÉRPRETE DE LIBRAS.



APÊNDICE B: A ALUNA SURDA, A INTÉRPRETE DE LIBRAS E A PROFESSORA.



ANEXOS

ANEXO A: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 1 (P1).



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

Questionário

1. Como você considera o processo de inclusão do surdo nessa instituição de ensino?

É um processo regular, apesar de que tanto os intérpretes como os professores se esforçam em proporcionar a inclusão do aluno surdo em toda comunidade acadêmica.

2. Com respeito a educação dos surdos, quais os desafios no ensino aprendizagem?

Como os professores não dominam a língua de sinais isto constitui uma barreira na aprendizagem do aluno surdo, mesmo com a possibilidade através dos intérpretes, o aluno não consegue aprender todos os conteúdos ministrados.

3. Você trabalha há quanto tempo com o aluno surdo?

Um ano

4. Tem alguma formação específica para trabalhar com esses alunos?

Apenas estudei essa disciplina no curso de Pedagogia

5. Comente algumas propostas que na sua concepção auxiliem no processo de inclusão dos alunos surdos?

Relacionar aos profissionais da educação principalmente aos professores cursos, com ênfase em algumas áreas, estratégias que melhorem as metodologias e assim propiciem uma aprendizagem diferenciada e significativa.

ANEXO B: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 2 (P2).



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

Questionário

1. Como você considera o processo de inclusão do surdo nessa instituição de ensino?

Aconteceu naturalmente a medida que surgiram as matrículas de alunos surdos e a presença de intérpretes nas salas de aulas.

2. Com respeito a educação dos surdos, quais os desafios no ensino aprendizagem?

São muitos desafios, principalmente a comunicação, quando o professor não sabe libras.

3. Você trabalha há quanto tempo com o aluno surdo?

Há uns cinco anos.

4. Tem alguma formação específica para trabalhar com esses alunos?

Não.

5. Comente algumas propostas que na sua concepção auxiliem no processo de inclusão dos alunos surdos?

• Trabalhos em grupos, apresentações de seminários, com a mediação de um intérprete de libras.
• Cursos de libras básico para alunos e professores.

ANEXO C: INTÉRPRETE DE LIBRAS 1 (L1).



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

Questionário

1. Como você considera o processo de inclusão do surdo nessa instituição de ensino?

A inclusão acontece de modo satisfatório, existindo respeito e consideração ao aluno surdo, por parte dos intérpretes e professores. Fazem um esforço coletivo em atender as necessidades específicas de cada um deles, em sentido educacional.

2. Como você define a importância do intérprete de libras em sala de aula para o aluno surdo?

É muito importante ter um intérprete de libras em cada sala onde está inserido um aluno surdo. Ele é um dos acessos desse aluno ao ensino/aprendizagem. É um direito do surdo, garantido por lei.

3. Tem alguma formação específica para trabalhar com esses alunos?

Sim. Tenho especialização em Libras, além de outros cursos de capacitação na FUMAD, João Pessoa - PB: Instituto Pedagógico Mendel, curso Plural, Universidade de Brasília.

4. Em sua opinião, a falta de intérpretes de Libras nas salas de aulas pode prejudicar o aprendizado de alunos surdos nas escolas?

Com certeza, o aluno surdo precisa de acesso aos conteúdos para que haja a aprendizagem. Se não houver o intérprete com acesso, será muito difícil para esse aluno entender as disciplinas ministradas.

5. Relate alguma experiência exitosa relacionada a inclusão de alunos surdos?

Ter um conhecimento de três alunos que concluíram o Ensino Médio aqui nesta escola, sendo que um deles fez o curso de Instrutora surda na FUMAD e duas estão cursando Pedagogia Bilingue, na UEPB.

ANEXO D: INTÉRPRETE DE LIBRAS 2 (L2).



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

Questionário

1. Como você considera o processo de inclusão do surdo nessa instituição de ensino?
O processo da inclusão do surdo nesta escola, este ano foi repensado e foi feita uma adaptação em todos o conteúdos disciplinares, desde metodologias de ensino e o meio de avaliação. De fato está ocorrendo uma inclusão que favorece o surdo.
2. Como você define a importância do intérprete de libras em sala de aula para o aluno surdo?
O intérprete tem um papel fundamental na educação do surdo, mas não basta fazer somente as traduções, uma vez que a maioria dos professores preferem deixar os alunos surdos sob o cuidado do mesmo.
3. Tem alguma formação específica para trabalhar com esses alunos?
Sim tenho, uma formação em licenciatura em letras libras.
4. Em sua opinião, a falta de intérpretes de Libras nas salas de aulas pode prejudicar o aprendizado de alunos surdos nas escolas?
Sim com certeza, pois como os professores não conhecem a língua do surdo e por sua vez o aluno surdo não tem o português como sua língua, a presença do intérprete faz toda a diferença em sala de aula.
5. Relate alguma experiência exitosa relacionada a inclusão de alunos surdos?
A implantação do ensino de libras com alunos ouvintes em forma de "eletiva" aqui na escola, fez-se bem o que os alunos surdos se sentem melhor incluídos, uma vez que a grande dificuldade de comunicação já não aconteceu.